RICSS
Revista Interdisciplinar em Ciência, Saúde e Sociedade

Revisão da Literatura

Educação permissiva na relação parental: Implicações para o desenvolvimento emocional de crianças

The influence of permissive parenting on the parental relationship as a risk factor for children's emotional development

Duanny Cruz do Nascimento [1]
https://orcid.org/0009-0003-0058-4640
duannycruz75@gmail.com

Charleny Santos Melo [1]
https://orcid.org/0009-0000-4974-8405
psicharleny@gmail.com

Flávio Pimentel de Souza [1]
https://orcid.org/0009-0008-7719-126X
flavinhosouza2020@yahoo.com.br

Viviane Andrade de Jesus [1]
https://orcid.org/0009-0001-1124-0945
vivianlispector@gmail.com

Calila Mireia Pereira Caldas [1]
https://orcid.org/0000-0001-6157-7127
calila.caldas@ulife.com.br

Vínculo institucional
1 Centro Universitário Ages, Lagarto, Sergipe, Brasil.

Submissão: 08/2026
Aceite: 10/2026

Autor correspondente:
duannycruz75@gmail.com

RESUMO

Este estudo objetivou compreender a influência da educação permissiva no desenvolvimento emocional de crianças, um estilo parental cujas principais características são elevada responsividade afetiva e baixa exigência normativa. Buscou-se estudar suas causas, efeitos e impactos no desenvolvimento emocional infantil. A metodologia adotada consistiu em uma revisão narrativa da literatura que analisou produções científicas em bases de dados de referência nacional e internacional, resultando na seleção de um corpus de 28 publicações entre artigos, livros, teses e dissertações pertinentes ao objeto de estudo que discutem os estilos parentais e suas implicações. Os achados indicam que a ausência de limites no estilo permissivo prejudica o desenvolvimento das funções executivas essenciais para a autorregulação emocional, apresentando maior impulsividade, baixa tolerância à frustração, dificuldades no ambiente escolar, baixa adaptação às regras sociais e prejuízos no desenvolvimento da autonomia emocional. Pesquisas apontam que esse estilo pode impactar negativamente a capacidade das crianças de lidarem com limites, resultando em dificuldades como impulsividade e baixa tolerância à frustração. A família é identificada como o principal contexto de socialização, moldando as competências emocionais e sociais delas. Em síntese, o trabalho enfatizou que a verdadeira autonomia não surge da liberdade irrestrita, mas da internalização gradual de limites. Portanto, é fulcral que pais e cuidadores adotem práticas que integrem suporte emocional à educação normativa, e, quando necessário, intervenções psicológicas, estratégias de orientação parental, treinamento de pais e práticas de psicoeducação que auxiliem as famílias na construção de relações mais funcionais e emocionalmente equilibradas.

Palavras-chave: Educação permissiva. Estilos parentais. Desenvolvimento emocional. Autorregulação. Infância.

CC BY

Introdução

A educação permissiva (ou parentalidade permissiva) é um estilo parental cujas práticas adotadas por pais ou responsáveis se caracterizam pelo excesso de afetividade e baixa exigência, o que interfere significativamente no desenvolvimento emocional das crianças. Ela pode impactar de forma negativa aspectos como dificuldade em lidar com limites, impulsividade e baixa tolerância à frustração, afetando suas relações em seu meio social[1].

O ambiente no qual a criança se desenvolve exerce influência significativa na formação de sua personalidade, de valores e competências socioemocionais. A família é o primeiro e mais importante contexto de socialização, responsável pela construção das bases emocionais ao longo do desenvolvimento infantil[2-3].

Nesse contexto, estilos parentais e práticas educativas adotadas pelos cuidadores tornam-se elementos essenciais para compreender o modo como a criança aprende a lidar com emoções, relações sociais e comportamentos. Vygotsky[4] destaca que por meio das interações familiares a criança internaliza hábitos, significados culturais e formas de compreender o mundo, além de receber suporte para atender às suas necessidades básicas e desenvolver-se integralmente.

Nessa vertente, o entendimento de tais interações perpassa, necessariamente, pela distinção entre os estilos parentais e as práticas educativas. Os primeiros dizem respeito a padrões amplos de comportamentos e atitudes que norteiam a forma como pais e cuidadores orientam, ensinam e estabelecem limites[5]. Já as práticas educativas consistem em estratégias específicas utilizadas para manejar comportamentos infantis no cotidiano. Tais modos de educar variam conforme características da criança, como idade, temperamento e gênero, e dos próprios pais, incluindo escolaridade, estado emocional e vivências familiares; além disso, são moldados por aspectos socioculturais que transformam crenças sobre educação[5].

A compreensão da dinâmica familiar implica, invariavelmente, a análise dos estilos parentais, definidos por Weber et al.[6] como o conjunto de padrões e comportamentos que moldam o clima emocional das interações entre pais e filhos. Esse campo de estudo consolidou-se a partir das pesquisas seminais de Diana Baumrind (1966), que propôs uma tríade inicial de controle parental: o autoritário, o permissivo e o autoritativo. O estilo autoritário é pautado pela obediência rígida e por medidas punitivas, já a postura permissiva caracteriza-se por uma aceitação não punitiva dos desejos da criança, em que o cuidador abdica de sua função diretiva para atuar apenas como um facilitador dos anseios infantis[3]. Em contrapartida, o estilo autoritativo, considerado o modelo de maior equilíbrio, harmoniza racionalidade e afeto, valorizando o diálogo sem, contudo, abrir mão da firmeza necessária ao estabelecimento de limites.

Posteriormente, Maccoby e Martin[7] promoveram uma significativa evolução teórica ao refinarem essa classificação por meio da introdução das dimensões de exigência (nível de controle e supervisão) e responsividade (grau de apoio e sensibilidade afetiva). Essa mudança de paradigma permitiu uma distinção diagnóstica mais precisa, separando o estilo negligente, caracterizado pela baixa atuação em ambas as dimensões, do estilo indulgente ou permissivo, no qual a alta sensibilidade aos desejos da criança não é acompanhada pela estrutura normativa

necessária[6].

Dadas as delimitações deste trabalho, a exposição restringe-se ao estilo parental permissivo, em face de sua relevância como fator de risco ao desenvolvimento emocional das crianças, especialmente por influenciar a qualidade das relações familiares, a comunicação e a construção de limites. Essa temática se justifica pela crescente prevalência de práticas parentais pautadas nesse modelo na contemporaneidade, um fenômeno frequentemente impulsionado pelo receio de pais e cuidadores de reproduzirem estilos autoritários e punitivos vivenciados em gerações de décadas passadas. A urgência de tal estudo reside, portanto, na necessidade de oferecer subsídios teóricos que auxiliem famílias a equilibrarem o suporte emocional com o estabelecimento de regras, prevenindo prejuízos na autonomia e na subjetividade da criança.

Nesse sentido, a literatura identifica que os principais danos decorrentes dessa permissividade incluem impulsividade acentuada, baixa tolerância à frustração e dificuldade crônica em lidar com limites e normas sociais[1,8,9]. Adicionalmente, os achados revelam comprometimentos no amadurecimento de funções executivas vitais, como controle inibitório, o que obstaculiza a autorregulação emocional e gera impactos negativos diretos no engajamento e no desempenho acadêmico da criança[10,11].

Espera-se que as informações aqui contidas tragam, de forma mais clara e objetiva, os impactos do estilo permissivo no desenvolvimento infantil. Não se trata de apontar quem faz uso dessa prática parental, mas de alertar sobre os possíveis prejuízos causados especialmente por essa ausência de limites.

Este trabalho está estruturado em seções que contemplam desde a fundamentação metodológica até a discussão teórica dos achados. Inicialmente, descreve-se o percurso metodológico da revisão bibliográfica que sustentou a pesquisa. Na sequência, o estudo divide-se em eixos temáticos que exploram as causas e efeitos da educação permissiva, os impactos específicos no desenvolvimento da inteligência emocional e as novas configurações das relações familiares na contemporaneidade.

Diante desse contexto, entre o acesso à informação e a dificuldade prática em exercer a autoridade parental, emerge o seguinte problema de pesquisa: de que maneira a ausência de limites e de contorno no estilo permissivo compromete a capacidade de autorregulação e o desenvolvimento da inteligência emocional na infância contemporânea? Para responder a esse questionamento, tem-se como objetivo geral analisar a influência da educação permissiva na relação parental como um fator de risco para o desenvolvimento emocional das crianças. Como objetivos específicos, busca-se compreender as causas e os efeitos da educação permissiva, identificar seus impactos na educação emocional infantil e examinar as perspectivas das relações parentais contemporâneas.

Método

Para a elaboração da presente pesquisa, foi realizada uma revisão de literatura de caráter bibliográfico com a finalidade de compreender as influências da educação permissiva na relação

parental como possível fator de risco ao desenvolvimento da educação emocional em crianças. A revisão bibliográfica possibilita a análise e discussão de produções científicas já existentes sobre o tema, contribuindo para a construção de uma compreensão teórica acerca do fenômeno investigado.

O estudo foi conduzido nas bases de dados SciELO, PubMed, PePSIC, Portal de Periódicos CAPES, EBSCO e Google Acadêmico, contemplando publicações disponíveis nos idiomas português e inglês. Durante nove meses (agosto de 2025 a maio de 2026), foram coletados e selecionados materiais para embasar o trabalho.

Ademais, visando ao aprofundamento teórico da temática, foram utilizados livros disponíveis na biblioteca virtual Ulife, repositório da Ânima Educação. Também incluíram-se teses e dissertações pertinentes ao objeto de estudo, obtidas por meio de repositórios institucionais, tais como da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), o Banco de Teses da Universidade de São Paulo (USP), a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o acervo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e o repositório da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), contribuindo para a ampliação e o aprofundamento da análise proposta.

Para a busca dos materiais, utilizaram-se os seguintes descritores e suas combinações, por meio dos operadores booleanos: (“estilos parentais” OR “estilos educativos parentais” OR “práticas parentais”) AND (“permissividade” OR “estilo permissivo”) AND (“educação emocional” OR “inteligência emocional” OR “desenvolvimento socioemocional”) AND (“psicoeducação”). Para a consulta em bases de dados internacionais, especificamente na PubMed, os descritores foram adaptados para a língua inglesa, utilizando-se termos correspondentes do *Medical Subject Headings* (MeSH) e palavras-chaves equivalentes como: ("parenting styles" OR "parenting practices") AND ("permissiveness" OR "permissive style") AND ("emotional education" OR "emotional intelligence") AND ("psychoeducation"). Essa adaptação foi necessária, visto que a PubMed indexa conteúdos primordialmente em inglês, e a aplicação da *string* original em português resultaria em uma recuperação de dados nula ou insuficiente para os critérios de rigor acadêmico.

Os critérios de inclusão adotados compreenderam artigos completos que abordassem os estilos parentais, com ênfase no estilo permissivo, e sua relação com o desenvolvimento socioemocional de crianças. Foram considerados estudos disponíveis na íntegra e publicados em periódicos científicos indexados nas bases de dados selecionadas. Excluíram-se estudos que não tratassem diretamente da temática proposta, artigos encontrados em mais de uma base de dados (contabilizados apenas uma vez) e trabalhos com descrição metodológica insuficiente que impossibilitou a análise comparativa dos resultados.

Após a etapa de identificação, os materiais foram submetidos a um processo de seleção rigoroso, estruturado em três fases. Na primeira, eles foram avaliados não apenas por meio do título e do resumo, mas também pela leitura integral da conclusão final. Esse critério foi adotado para assegurar que os estudos pré-selecionados apresentassem resultados e discussões substanciais sobre o impacto da permissividade parental, evitando a inclusão de trabalhos com

baixa aderência empírica ao tema.

Em seguida, realizou-se a leitura flutuante dos textos que superaram a primeira fase. Essa técnica permitiu um contato inicial e abrangente com o conteúdo completo das obras, facilitando a organização das ideias centrais e a verificação da qualidade metodológica. Por fim, aplicou-se a leitura analítica e exploratória, que buscou identificar as convergências teóricas e empíricas necessárias à construção da análise crítica e reflexiva desta pesquisa.

No levantamento inicial, realizado nas bases de dados SciELO, PubMed, PePSIC, Portal de Periódicos CAPES, EBSCO e Google Acadêmico, identificaram-se 125 registros. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, foram selecionados 28 artigos, os quais compuseram o *corpus* final desta revisão.

Resultados e Discussão

Estilos parentais e desenvolvimento socioemocional

Estilo parental se caracteriza como um conjunto de padrões e comportamentos utilizados por pais para educar, socializar e controlar o comportamento dos filhos com vistas a favorecer o desenvolvimento de características emocionais, sociais e morais[12]. A definição desse modelo se iniciou mediante observações de Baumrind[i] acerca de duas dimensões centrais nas formas de educar praticadas pelos pais: exigência e responsividade. O grau em que os pais estabelecem regras, expectativas e monitoram o comportamento dos filhos corresponde à exigência; já a responsividade refere-se ao grau de apoio, carinho e sensibilidade às necessidades da criança. Ambas são definições centrais para o conceito dos estilos parentais: autoritário, permissivo e autoritativo. É válido destacar o estilo parental negligente, defendido pelos psicólogos Eleanor Maccoby e John Martin, em 1983.

Diante dos objetivos propostos, a discussão a seguir concentra-se na configuração permissiva, priorizando a compreensão de como a ausência de limites e a alta responsividade impactam a estrutura familiar, a qual pode ter efeitos negativos em longo prazo. Embora superficialmente esse estilo pareça positivo pelo excesso de liberdade e afeto, a criança vê o adulto como "recurso para ela usar como quiser, não como um ideal a ser imitado, nem como um agente ativo responsável por moldar ou alterar seu comportamento atual ou futuro"[3] (p. 889).

Essa dinâmica estabelecida na infância reverbera diretamente no amadurecimento global do indivíduo. Alinhados a essa perspectiva e pensando no que tange ao desenvolvimento comportamental amplo, Papalia e Feldman[2] oferecem uma visão abrangente sobre como o estilo de criação influencia o desenvolvimento cognitivo, emocional, moral e social. É no ambiente

[i] Baumrind foi uma psicóloga do desenvolvimento que se interessou em entender como o comportamento dos pais influencia o desenvolvimento infantil. Seus estudos começaram nos anos de 1960 quando observou e entrevistou famílias com crianças em idade pré-escolar (entre 3 e 5 anos), analisando a forma como os pais demonstravam afeto, disciplina e incentivo à autonomia dos filhos e qual era a reação desses pais perante esses comportamentos e erros das crianças. Esse estudo, além dos questionários, contou também com a observação dessa relação de pais e filhos.

familiar que a criança estabelece suas primeiras relações e, a partir disso, compreende a si mesma e o mundo a sua volta, aprende também sobre regras, valores e desenvolve hábitos e padrões de comportamento. A depender de como sejam essas práticas parentais, relações de afeto, como também regras claras, podem contribuir positivamente para o desenvolvimento da criança.

Os estudos clássicos de Harlow[13], retomados e analisados por Van Rosmalen, Van der Veer e Van der Horst[14], demonstraram a importância do vínculo afetivo e do conforto emocional no desenvolvimento saudável. Em seu experimento com filhotes de macacos-rhesus, ele observou que os animais preferiam permanecer junto a uma "mãe" feita de tecido macio, mesmo que não oferecesse alimento, em detrimento de uma "mãe" de arame que fornecia comida[13]. Esses achados evidenciaram que o contato físico e o afeto são necessidades psicológicas básicas e essenciais à construção da segurança emocional e das relações de apego.

De acordo com Bronfenbrenner[15], o desenvolvimento humano ocorre em um contexto de interações recíprocas, e a família constitui o microssistema mais influente nesse processo. Assim, as práticas parentais representam o alicerce sobre o qual se desenvolvem as competências emocionais, sociais e cognitivas da criança, revelando que a educação emocional não é apenas espontânea, mas mediada pelas relações parentais e pelas experiências cotidianas. Por outro lado, ambientes familiares marcados pela ausência de afeto e por práticas coercitivas ou relações conflituosas podem estar associados a dificuldades comportamentais e emocionais, comprometendo o bem-estar infantil[16]. Além disso, pesquisas recentes apontam que o suporte afetivo familiar está diretamente relacionado à autoeficácia, ao sentimento de competência e à saúde emocional da criança[17].

Diante desse cenário, depreende-se que o equilíbrio entre o suporte afetivo e a imposição de regras é o alicerce para a saúde mental e comportamental na infância. Se, por um lado, a coerção e o conflito sufocam o bem-estar, por outro, o extremo oposto, a condescendência excessiva e a falta de contorno social também se desvelam como um terreno arenoso. Isso significa que a ausência de uma estrutura firme de orientação, muitas vezes confundida com uma postura puramente acolhedora, priva a criança das ferramentas necessárias para lidar com frustrações e gerenciar seus próprios impulsos. É sob essa perspectiva que se torna fundamental analisar como a maleabilidade excessiva dos cuidadores atua de forma prejudicial no psiquismo infantil.

O estilo permissivo como fator de risco, sobre a ausência de limites e a dificuldade da criança em desenvolver a autorregulação interna

O estilo parental permissivo foi descrito por Baumrind[18] como um padrão caracterizado pela ausência de supervisão consistente e pela baixa exigência em relação a comportamentos considerados adequados ao desenvolvimento da criança. Nesse modelo, os cuidadores tendem a adotar uma postura pouco diretiva, priorizando a satisfação imediata dos desejos infantis e evitando a imposição de limites. Conforme discutido por Darling e Steinberg[19], os estilos parentais influenciam diretamente o clima emocional das interações familiares, impactando o desenvolvimento comportamental e socioemocional da criança. Nesse contexto, a permissividade excessiva pode comprometer a construção da autonomia e da autorregulação, uma vez que a

criança não é adequadamente orientada quanto às consequências de seus comportamentos[20].

O estilo permissivo é definido pela alta responsividade e pela baixa exigência[18]. Pais permissivos tendem a ser afetivos e acolhedores, mas evitam impor regras, limites ou expectativas consistentes[7]. Embora exista uma relação positiva e calorosa, a ausência de limites é frequentemente apontada na literatura como um fator de risco para o desenvolvimento infantil[18]. A falta de estrutura dificulta a aquisição da autorregulação interna, uma vez que as crianças deixam de vivenciar experiências essenciais para lidar com frustrações, controlar impulsos e compreender consequências[2]. Assim, quando expostas predominantemente a esse estilo, elas podem apresentar impulsividade, baixa tolerância à frustração, dificuldades de adaptação escolar e desafios em relações sociais que exigem reciprocidade e respeito a normas[8,9].

Pesquisa realizada por Weber et al.[6] , na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, com 239 crianças entre 9 e 12 anos em duas escolas municipais e seus pais, identificou que parcela significativa dos pais apresenta estilos parentais considerados pouco adequados ao desenvolvimento infantil. Os achados demonstraram que 45,4% foram classificados como negligentes, 11,8% como permissivos (indulgentes) e 10,1% como autoritários, totalizando 67,3% de estilos parentais não autoritativos. Esses dados evidenciam a importância de ações voltadas à orientação parental, uma vez que o fortalecimento de práticas educativas mais consistentes pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades sociais nas crianças e para as relações familiares mais equilibradas.

Na ausência de orientação externa dos pais, as crianças podem experimentar a sensação de estarem sobrecarregadas por um grau de autonomia para o qual não têm a maturidade neurológica necessária[11]. Quando pais, na tentativa de proteger os filhos, evitam qualquer forma de frustração, eles inadvertidamente privam o cérebro da criança dos estímulos essenciais necessários a fortalecer as vias neurais associadas à autorregulação. A frustração moderada funciona como um catalisador para a maturação cognitiva, pois obriga a criança a explorar abordagens alternativas de resolução de problemas e a tolerar o desconforto emocional[11].

Esse processo de enfrentamento e adaptação diante do desconforto não é apenas uma resposta psicológica, mas o reflexo prático de mecanismos cerebrais em pleno desenvolvimento. É por meio do treino diário imposto por esses pequenos desafios que as estruturas cerebrais refinam sua capacidade de gerenciar estímulos e orquestrar respostas mais complexas. Sob a perspectiva neuropsicológica, é na infância que se consolida o desenvolvimento das chamadas funções executivas, entre as quais pode-se destacar aqui o controle inibitório[21]. Essa função refere-se à capacidade de suprimir respostas impulsivas, resistir a estímulos distratores e direcionar o comportamento mais adequado ao contexto, sendo essencial para a autorregulação emocional e comportamental[22].

Evidências apontam que o desenvolvimento do controle inibitório está diretamente relacionado à qualidade das interações parentais e às oportunidades de exercício da autorregulação no cotidiano da criança[23]. Situações que exigem espera, tolerância à frustração e cumprimento de regras funcionam como importantes contextos de treino dessa habilidade. Nesse sentido, práticas parentais que envolvem orientação, estabelecimento de limites e mediação do

comportamento favorecem o desenvolvimento do autocontrole.

Por outro lado, contextos caracterizados por baixa exigência e ausência de limites consistentes podem reduzir essas oportunidades de aprendizagem[21]. Além disso, a falta de estímulos que demandem autorregulação pode comprometer o desenvolvimento das funções executivas, uma vez que tais habilidades dependem da prática e da interação com o ambiente[21]. Nessa perspectiva, Rinhel Silva, Constantino e Rondini[24] argumentam que, na contemporaneidade, observa-se uma crescente apreensão em causar danos psicológicos aos filhos ao adotarem posturas mais rígidas. Isso resulta na incapacidade de equilibrar carinho e regras, priorizando unicamente o aspecto afetivo, influenciado por uma abordagem pedagógica moderna que considera as metodologias estritas como nocivas ao desenvolvimento infantil.

Jean Piaget também descreveu esse processo em sua teoria do desenvolvimento moral. Para ele, a criança passa de uma moral heterônoma para uma moral autônoma. Na heteronomia, as regras vêm do adulto e são obedecidas porque possuem autoridade externa. Posteriormente, por meio das experiências sociais e da internalização das normas, ela desenvolve autonomia, passando a regular seu comportamento por compreensão e responsabilidade próprias[25]. Portanto, a autonomia não surge da ausência de limites, mas justamente da internalização gradual de limites externos consistentes.

No entanto, a manutenção dessa consistência normativa encontra desafios significativos diante das complexidades e pressões que permeiam a rotina das famílias na atualidade. A dinâmica da parentalidade contemporânea é frequentemente marcada por um ciclo de exaustão e reparação emocional, no qual a fadiga crônica e o sentimento de culpa pela ausência física alteram substancialmente o exercício da autoridade[26]. Nesse cenário, a dificuldade em sustentar limites reflete uma tentativa de compensar o tempo perdido, evidenciando que as estratégias educativas acabam sendo moldadas mais pelo esgotamento dos cuidadores do que por uma clara intenção pedagógica[27,28]. Como bem observam Borelli e Nelson-Coffey[26], essa "culpa trabalho-família" atua como um catalisador de práticas parentais menos consistentes, em que a dificuldade em sustentar limites reflete uma tentativa de compensar o tempo perdido, sacrificando a formação da autorregulação da criança em troca de uma harmonia doméstica momentânea.

Esse fenômeno é reforçado pelo fato de que as práticas parentais são profundamente influenciadas por crenças e valores que orientam as atitudes e expectativas no ambiente familiar[29]. Assim, quando os responsáveis apresentam dificuldades em regular as próprias emoções ou buscam evitar o desgaste de novos conflitos, nota-se uma tendência à adoção de práticas educativas com menor estabelecimento de regras, pois a tentativa de preservar o bem-estar emocional imediato da criança e o deles mesmos favorece uma postura mais flexível e inconsistente na disciplina[27]. Consequentemente, ao ceder frequentemente para evitar embates, reduzem as oportunidades de aprendizado sobre tolerância à frustração, evidenciando que as estratégias educativas, embora influenciadas por fatores situacionais e culturais, podem acabar moldadas mais pelo esgotamento do que pela intenção pedagógica[28].

Nem sempre a forma como os pais acreditam estar educando os filhos corresponde à maneira como essas atitudes são percebidas pelas próprias crianças. Sendo assim, eles tendem a

se perceber como mais responsivos e mais exigentes do que os filhos realmente os percebem, evidenciando possíveis divergências de interpretação nas interações familiares[30]. Essa discrepância pode estar relacionada a dificuldades de comunicação, uma vez que, em alguns casos, os pais acreditam que a criança compreende suas atitudes da mesma forma que um adulto as assimila. Sob essa perspectiva, é possível entender as relações familiares como processos dinâmicos, que se constroem na interação contínua entre os indivíduos e os contextos nos quais estão inseridos, conforme destacado pela teoria ecológico-sistêmica do desenvolvimento humano[ii].

Pesquisas reforçam a relevância dessa discussão, como a realizada por Paula[31] ao analisar o conceito de *enfant terrible*[iii], o qual destaca que práticas como superproteção, controle excessivo ou, ao contrário, ausência de supervisão emocional afetam negativamente o bem-estar infantil. Do mesmo modo, Lucena et al.[32] apontam que tanto o excesso quanto a falta de envolvimento parental prejudicam a autonomia e a subjetividade da criança, podendo resultar em dificuldades emocionais e comportamentais. Bolsoni-Silva[33] (2017) também evidencia que as interações familiares estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento das habilidades sociais e socioemocionais, reforçando que a maneira como os pais se posicionam impacta profundamente a formação infantil.

Um estudo qualitativo e quantitativo foi realizado por Stoffel et al. com 80 pais/mães e 45 professores para analisar a influência da educação permissiva na motivação dos alunos e a interferência dessa ausência de limites no comportamento e desempenho escolar. O resultado apontou que o tipo de parentalidade permissiva afeta de forma negativa a motivação e aprendizagem dos alunos, bem como gera dificuldade de seguir regras e adotar hábitos de estudos consistentes, mediante o que foi relatado pelos professores e com reconhecimento dos pais/mães que participaram da pesquisa[1].

A relação entre estilos parentais e desenvolvimento de habilidades motivacionais no ambiente escolar tem sido constante e amplamente discutida na literatura sobre psicologia da educação e do desenvolvimento infantil[1]. Nesse contexto, evidências recentes demonstram que a parentalidade permissiva afeta negativamente a motivação e a aprendizagem e está associada à dificuldade dos alunos em seguir regras e em adotar hábitos de estudo consistentes[1].

Essa fragilidade na estrutura normativa doméstica reflete-se diretamente na postura do estudante perante o saber, visto que o incentivo por parte dos pais ou responsáveis é um dos

[ii] A abordagem bioecológica do desenvolvimento humano, proposta por Bronfenbrenner, entende o desenvolvimento como resultado da interação entre diversos sistemas que o compõem. Em 1995, foi introduzido o conceito de processos proximais, que representam uma interação recíproca e crescente entre o indivíduo e as pessoas ao seu redor, influenciando-se mutuamente. Esses processos são considerados eficazes quando ocorrem de forma regular, com significado para a pessoa, envolvendo características pessoais, o ambiente e o tempo. A presença de uma figura estável e a reciprocidade nessa relação são essenciais para que esses processos tenham impacto. A teoria também subdivide as estruturas ambientais em micro, meso, exo e macrossistemas, formando uma rede de influências interligadas, semelhante às bonecas russas, que moldam o desenvolvimento em ambientes naturais e contextuais, oferecendo uma compreensão ampla da realidade vivida pelo indivíduo (Bronfenbrenner 2005, 2011).

[iii] Pessoa que em um grupo se destaca pela irreverência e pelo espírito transgressor[34].

fatores de motivação dele para o aprendizado e consequentemente um bom desempenho escolar. Sendo assim, a postura adotada pelos pais mediante a permissividade pode fazer com que a escola seja vista como uma obrigação e não lhe seja atribuída a devida importância, afetando o desempenho do aluno e ocasionando um ciclo de fracasso escolar[35].

A escola é um ambiente no qual essas dificuldades afloram ao ter que lidar com situações que fogem do cerco familiar. A resistência em cumprir regras se torna um fator desmotivador no ambiente escolar, ocasionando baixo desempenho. A aprendizagem está intrinsecamente relacionada à capacidade de autorregulação, disciplina e motivação, elementos que não emergem espontaneamente, mas são construídos nas interações sociais, especialmente no contexto familiar[36]. Dessa forma, as dificuldades no ambiente escolar podem estar atreladas à parentalidade permissiva, pois a ausência de limites e exigências compromete a capacidade dos alunos de lidarem com regras, frustrações e responsabilidades relacionadas ao aprendizado[1].

Diante desse cenário, fica evidente que o sucesso acadêmico e a adaptação social da criança dependem diretamente da transição de um modelo de negligência ou permissividade para um comportamento parental ativo e responsivo. Se as lacunas na autorregulação e na tolerância à frustração se manifestam na sala de aula, a raiz de sua resolução permanece no ambiente doméstico, exigindo que cuidadores assumam uma postura de guias intencionais do desenvolvimento. Essa mudança de paradigma redireciona o olhar para estratégias que não apenas corrigem comportamentos, mas que ensinam a criança a processar suas próprias vivências, justificando a análise de modelos focados no acolhimento e na instrução afetiva.

Nesse contexto de busca por equilíbrio, torna-se essencial a adoção de métodos que instrumentalizam os cuidadores a unirem a sensibilidade afetiva à firmeza necessária ao estabelecimento de regras[3,6]. Para que a família deixe de agir por esgotamento e passe a mediar o desenvolvimento de forma estruturada, a literatura destaca a relevância de abordagens que priorizam a educação emocional, transformando as interações cotidianas em oportunidades de ensino e conexão[26,37].

O papel dos pais na mediação das experiências infantis e na orientação emocional: uma abordagem de parenting as emotional coaching

A filosofia de *coaching* emocional parental fundamenta-se na aceitação e no reconhecimento ativo das emoções dos filhos, utilizando o aconselhamento verbal como ferramenta para que eles compreendam, expressem e lidem adequadamente com seu universo afetivo[37,38]. Essa abordagem, denominada *parenting as emotional coaching*, sustenta-se no conceito de metaemoção parental, ou seja, a capacidade dos pais de refletirem sobre seus próprios sentimentos e os de seus filhos. Nesse modelo, os cuidadores deixam de ser meros observadores para atuarem como guias do desenvolvimento emocional da criança[38].

Para operacionalizar essa filosofia, Gottman e DeClaire[37] sistematizaram a prática em cinco passos fundamentais direcionados ao cuidador: (i) perceber a emoção da criança; (ii) reconhecê-la como uma oportunidade de ensino e intimidade; (iii) ouvir com empatia e validar o sentimento; (iv) auxiliá-la a nomear suas emoções verbalmente; e (v) estabelecer limites enquanto se busca,

conjuntamente, a resolução do problema. É justamente nesse último estágio que o modelo de Gottman se distancia da postura puramente permissiva: o pai permissivo frequentemente interrompe o suporte após a validação do afeto, já o *coach* emocional utiliza a conexão estabelecida para oferecer o contorno educativo necessário, integrando o acolhimento à imposição de limites e regras fundamentais ao desenvolvimento social da criança.

Nesse sentido, evidências empíricas consolidam a eficácia do estilo de mediação emocional parental. Estudos longitudinais e transversais demonstram que essa prática se associa positivamente à competência social e à redução de sintomas de internalização e de problemas de conduta em crianças e adolescentes[39-42].

Essa estratégia de socialização emocional está associada às próprias concepções filosóficas dos pais a respeito das emoções[43]. Ou seja, a forma como enxergam e lidam com as emoções em seu próprio contexto influencia diretamente o modo como orientam os filhos nesse aspecto. Por sua vez, o *coaching* emocional parental tem se mostrado correlacionado a melhor regulação emocional por parte da criança[43], o que sugere que essa prática de apoio e orientação da expressão e vivência emocional infantil é um importante facilitador do desenvolvimento da autorregulação dela.

Essa habilidade, de acordo com Shaffer e Obradović[10], é influenciada pelo comportamento e pelas interações dos pais com os filhos. Conversas entre eles sobre emoções podem contribuir para melhor compreensão das crianças sobre suas próprias emoções[44]. Além disso, práticas disciplinares eficazes promovem intimidade na interação e nos comportamentos adequados delas[45].

Nesse contexto, a mediação parental – tanto no suporte afetivo quanto no estabelecimento de limites – atua como um verdadeiro “andaime” (*scaffolding*) no processo de desenvolvimento infantil. Esse conceito dialoga diretamente com a teoria de Lev Vygotsky sobre a zona de desenvolvimento proximal (ZPD), que delimita a distância entre a capacidade atual da criança de resolver problemas de forma autônoma e o seu potencial de realização quando guiada por um mediador qualificado[46]. Sob essa ótica, o suporte dos pais funciona como a estrutura necessária para que o indivíduo atravesse esse hiato, transformando habilidades potenciais em competências reais. Por isso, o brincar se estabelece como um território privilegiado para essa exploração intencional da ZPD.

Ao mergulhar no universo lúdico, a criança projeta-se além de suas capacidades imediatas, simulando papéis sociais e normas que ainda não domina plenamente no cotidiano. No campo socioemocional, o jogo simbólico atua como um laboratório de regulação afetiva[47] no qual a vivência de situações imaginárias exige o exercício constante da empatia, da cooperação e da resolução de conflitos interpessoais. Dessa forma, ao internalizar essas ferramentas culturais por meio da ludicidade mediada, o sujeito constrói as bases de sua inteligência emocional, consolidando um desenvolvimento que transcende o aspecto intelectual e alcança sua formação integral[47].

Essa imersão no lúdico, entretanto, não ocorre isoladamente, o que exige que a mediação adulta atue como um "andaime" (*scaffolding*) que sustenta o progresso emocional da criança[46].

Para que o jogo simbólico cumpra efetivamente sua função de laboratório de regulação, a qualidade da intervenção parental é determinante, transformando a vivência lúdica em um espaço de aprendizado mediado sobre os limites e o manejo da frustração[48]. Nesse sentido, a capacidade de o cuidador oferecer esse contorno educativo está intrinsecamente vinculada à sua própria maturidade afetiva, uma vez que a orientação eficaz da expressão emocional infantil pressupõe que os pais disponham de ferramentas internas para gerir suas próprias reações e sensibilidades ante os desafios cotidianos[27].

Pesquisas revelam que, para além do conhecimento e da experiência em regulação emocional, é relevante que mães e pais consigam adaptar maneiras favoráveis e flexíveis voltadas à socialização emocional dos filhos[49,50]. Para tanto, é válido que tenham a capacidade de ajustar seu próprio manejo emocional, adaptando suas habilidades autorregulatórias[51-54]. Essa flexibilidade no gerenciamento das próprias emoções permite que estejam mais preparados para orientar os filhos de modo acolhedor e eficaz quanto à vivência e à expressão emocional.

Em suma, a autorregulação e a flexibilidade dos cuidadores são os pilares que sustentam a aplicação efetiva do *emotional coaching*. O desdobramento direto dessa mediação estruturada é o fortalecimento da resiliência emocional na infância. Ao aprenderem a identificar e a nomear seus próprios estados internos, fruto do suporte e do contorno oferecidos pelos pais, as crianças tornam-se mais aptas a gerenciar frustrações sem recorrer à impulsividade[37]. Diferentemente do cenário observado no estilo permissivo, em que a ausência de mediação e de limites claros muitas vezes faz com que elas "transbordem" emocionalmente em comportamentos desajustados[55], o suporte do *coaching* emocional fornece as ferramentas simbólicas necessárias para que o afeto seja processado de forma equilibrada, resultando em um desenvolvimento socioemocional mais estável, resiliente e autônomo.

No contexto das intervenções clínicas direcionadas à família, é imperativo estabelecer a distinção entre a Orientação de Parental (OP) e o Treinamento de Pais (TP), embora ambas compartilhem o objetivo comum de aprimorar a parentalidade. A OP é frequentemente caracterizada como um processo mais flexível e abrangente, focado no fornecimento de informações psicoeducativas, no esclarecimento de dúvidas pontuais sobre o desenvolvimento infantil e no suporte emocional aos cuidadores[56]. Trata-se de um espaço reflexivo que visa a expandir o conhecimento educativo dos responsáveis, auxiliando-os na compreensão das necessidades dos filhos e na adoção de estratégias parentais mais eficazes[56].

Já o TP surge como um alicerce estratégico da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), como um programa de psicoeducação e orientação dos pais, que por meta tenta ajudar e estimular no manejo e na condução das crianças com dificuldades de comportamento que apresentam prejuízos em seu funcionamento e na qualidade de vida. Para Silva[57], o objetivo central dessa abordagem é instrumentalizar os pais para o aprendizado e o uso de técnicas e estratégias com vistas ao manejo de situações específicas, favorecendo a aprendizagem de comportamentos mais adaptativos a pais e crianças. Ao se apropriarem dessas táticas, eles conseguem remodelar dinâmicas anteriormente pautadas pela oposição ou pela birra, transmutando-as em interações mais funcionais e adaptativas. O impacto final, portanto, transcende a mera contenção de crises;

ele reverbera na qualidade dos vínculos interpessoais e na consolidação de um ecossistema doméstico que, de fato, favorece a maturidade emocional e social do sujeito em desenvolvimento[57].

A eficácia das intervenções fundamentadas tanto na OP quanto no TP assume contornos ainda mais nítidos quando analisada sob a ótica da realidade brasileira. O cenário acadêmico tem produzido evidências que ratificam a relevância dessas abordagens no enfrentamento de condutas opositoras e na promoção da autoeficácia parental e da saúde emocional infantil.

A fim de sistematizar as principais contribuições identificadas nesta revisão, o Quadro 1 apresenta uma síntese dos autores, dos focos de atuação, dos principais achados teóricos e práticos discutidos na literatura contemporânea e dos tipos de intervenção desenvolvidos (OP ou TP).

Conforme se observa no Quadro 1, os estudos analisados evidenciam que intervenções fundamentadas na OP e no TP contribuem para melhoria das interações familiares, redução de comportamentos opositores fortalecimento das habilidades parentais. Além disso, os achados apontam efeitos positivos relacionados a autoeficácia parental, regulação emocional infantil e construção de relações mais adaptativas no contexto familiar.

Nesse contexto, destaca-se a psicoeducação como uma das principais estratégias utilizadas nas intervenções parentais, especialmente nos programas de OP e TP. Tal recurso busca ampliar o repertório dos cuidadores por meio da transmissão de conhecimentos sobre desenvolvimento infantil, manejo comportamental e práticas educativas mais funcionais.

A psicoeducação constitui um componente crítico nas intervenções clínicas projetadas para famílias, particularmente nos casos em que um estilo parental permissivo é evidente. Sanders[11] desenvolveu um modelo de psicoeducação, denominado *Triple P*, cujo objetivo é não apenas aliviar os desafios comportamentais, mas também melhorar a autorregulação parental e a compreensão das necessidades de desenvolvimento das crianças. Frequentemente, a permissividade excessiva não é uma decisão deliberada decorrente de negligência, mas consequência de um déficit informacional sobre os marcos do desenvolvimento infantil.

A importância da psicoeducação se efetiva diante do contexto parental de limitação acerca do conhecimento sobre o que é esperado cognitivamente. Nesse cenário particular, ela pode ser desenvolvida por vários meios, conforme ressalta Sanders[11], que afirma que a função do psicólogo se estende além da simples escuta terapêutica, adotando um papel mais abrangente. É imperativo instruir os pais de que o estabelecimento de limites e a aplicação do “não” não significam um ato de sofrimento emocional ou inflexibilidade autoritária, mas servem como um mecanismo de proteção cognitiva. Ao instituir limites, eles proporcionam um ambiente previsível e seguro, permitindo que as crianças estruturem seus processos mentais e compreendam as repercussões de seus comportamentos.

Dentre as variadas formas de trabalhar a psicoeducação, o ato de brincar, já explorado anteriormente como um território privilegiado para a regulação afetiva[47], constitui o meio prático por excelência para aplicação das estratégias parentais discutidas. No contexto das intervenções familiares, a atividade lúdica permite que os conhecimentos teóricos sobre marcos do desenvolvimento e limites sejam exercitados em um ambiente seguro e mediado[48].

Quadro 1 – Síntese de estudos sobre intervenções em Orientação Parental (OP) e Treinamento de Pais (TP).

Autor(es) e ano	Foco da intervenção/estudo	Principais achados e contribuições	Tipo de intervenção
Rocha e Brandão (1997)[58]	Programa estruturado em quatro fases	Utiliza análise funcional e discussões em grupo para promover a consciência parental sobre as contingências do comportamento	TP
Bolsoni-Silva e Del Prette (2003)[56]	Capacitação e habilidades sociais educativas	Evidencia a diminuição de comportamentos indesejados e a qualificação das interações familiares	OP
Coelho e Murta (2007)[59] / Oliveira e Alvarenga (2015)[60]	Práticas de socialização baseadas em evidências	Defendem que a intervenção em grupo com cuidadores é mais eficaz do que o foco exclusivo na criança	TP
Gulliford et al. (2015)[61]	Orientação em períodos sensíveis do desenvolvimento	Ressalta a urgência de suporte qualificado durante as fases críticas da ontogênese infantil	OP
Schmidt et al. (2016)[62]	Gerenciamento de comportamentos desafiadores	Aponta para a redução do estresse parental e o fomento da autoconfiança no manejo das crises	TP
Seabra-Santos et al. (2016)[63]	Impacto do TP na percepção parental	Demonstra aumento significativo no senso de autoeficácia e em mudanças positivas nas práticas cotidianas	TP
Silva (2016)[57]	Revisão sistemática sobre Treinamento de Pais (TP)	Consolida a robustez teórica do TP no manejo de condutas opositoras e disfuncionais	TP

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

Já foi visto também que, ao atuar como um "andaime" durante a brincadeira, o cuidador utiliza esse cenário para colocar em prática o suporte necessário à organização emocional e à elaboração de sentimentos da criança[46,48]. Assim, o brincar deixa de ser apenas uma expressão

espontânea para tornar-se o espaço terapêutico no qual o adulto, munido das ferramentas da psicoeducação, auxilia ativamente na formação de limites e no manejo da frustração, consolidando as habilidades emocionais do sujeito de maneira integral[48].

Em última análise, a convergência entre a psicoeducação e as estratégias de intervenção oferece às famílias a oportunidade de transmutar padrões permissivos em dinâmicas parentais mais equilibradas e saudáveis[11,57]. Ao compreenderem que o estabelecimento de limites é um componente vital do suporte emocional, os cuidadores deixam de agir por esgotamento ou culpa para atuarem como guias intencionais do desenvolvimento infantil[26,27].

Portanto, a integração dessas ferramentas, que utilizam desde o suporte reflexivo até o brincar mediado, não somente mitiga os riscos imediatos da ausência de contorno, mas estabelece as bases para que a criança desenvolva uma autorregulação sólida e uma autonomia moral autêntica. Isso consolida um ecossistema familiar que favorece a maturidade emocional e social em longo prazo[25,37,48].

Considerações Finais

A presente pesquisa propôs-se a discutir de que maneira a ausência de limites e de contorno, características centrais do estilo parental permissivo, compromete a capacidade de autorregulação e o desenvolvimento da inteligência emocional na infância contemporânea. O objetivo geral de analisar essa influência como um fator de risco para o desenvolvimento emocional foi plenamente atingido, revelando que o equilíbrio entre afeto e autoridade é o alicerce indispensável à saúde mental infantil.

A síntese dos resultados confirmou que a alta responsividade, quando desacompanhada de exigência normativa, priva a criança da vivência de frustrações moderadas. Como visto anteriormente, essas experiências são catalisadoras essenciais para a maturação das funções executivas, especificamente do controle inibitório. Portanto, a hipótese inicial deste estudo foi confirmada: a permissividade, embora muitas vezes adotada com a intenção de promover o bem-estar e evitar modelos autoritários do passado, acaba por gerar insegurança e dificuldades de adaptação social, refletindo-se de forma direta no ambiente escolar mediante a baixa motivação e o prejuízo no desempenho acadêmico.

A importância prática e social desta investigação reside na desmistificação da autoridade parental. Ao evidenciar que o estabelecimento de limites é um mecanismo de proteção cognitiva e segurança emocional, este estudo oferece subsídios para que psicólogos e educadores auxiliem famílias a superarem o ciclo de exaustão e culpa "trabalho-família". Nesse sentido, estratégias como parenting as emotional coaching, OT, OP e psicoeducação surgem como caminhos vitais para instrumentalizar os cuidadores a transformarem ambientes de conflito em ecossistemas resilientes.

Contudo, é necessário apontar as limitações desta pesquisa. Por tratar-se de uma revisão bibliográfica, ela limitou-se à análise de produções científicas já existentes, não permitindo uma verificação empírica direta da realidade local ou das nuances culturais específicas de diferentes contextos sociais. Além disso, o recorte temporal e as bases de dados selecionadas podem ter

excluído discussões emergentes que ainda não foram amplamente publicadas em periódicos indexados.

Por fim, este trabalho não encerra a discussão, mas abre espaço para novos questionamentos. Sugere-se que futuros estudos relacionados a psicoeducação e os programas de treinamento parental, e possíveis adaptações a contextos de maior vulnerabilidade, nos quais os desafios da dupla jornada e do esgotamento são ainda mais acentuados. Espera-se que esta síntese estimule novas reflexões em que o suporte parental atua como um "andaime" nas diferentes realidades sociais. Esse é um passo fundamental para promover o desenvolvimento integral das futuras gerações.

Referências

1 Stoffel HTR, Reinehr L, Bastos AB, Silva AL, Ramos AO, Dias DRS, et al. Educação permissiva e desempenho escolar: impactos no comportamento e na motivação dos alunos para aprendizagem. RECIMA21. 2024; 5(11):e5115932. DOI: https://doi.org/10.47820/recima21.v5i11.5932

2 Papalia DE, Feldman RD. Desenvolvimento humano. 12. ed. Porto Alegre: AMGH; 2013.

3 Baumrind D. Effects of authoritative parental control on child behavior. Child Dev. 1966; 37(4):887-907. DOI: https://psycnet.apa.org/doi/10.2307/1126611

4 Vygotski LS. A formação social da mente. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes; 1994.

5 Macarini SM, Martins GDF, Minetto MDFJ, Vieira, ML. Práticas parentais: uma revisão da literatura brasileira. Arquivos brasileiros de psicologia. 2010;62(1): 119-134. DOI:

6 Weber LND, Prado PM, Viezzer AP, Brandenburg OJ. Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. Psicol Reflex Crit. 2004; 17(3):323-31. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-79722004000300005

7 Maccoby EE, Martin JA. Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. *In*: Hetherington EM, organizador. Handbook of child psychology. 4. ed. New York: Wiley; 1983. p. 1-101.

8 Cordeiro RLB, Rubim AL, Matos NB, Amorim AR, Carvalho CF. Envolvimento parental em intervenção para estimulação das funções executivas e autorregulação emocional em crianças e adolescentes: uma revisão de escopo. Rev Educ Esp. 2025; 38(1):e105. DOI: https://doi.org/10.5902/1984686X90381

9 Martins LR, Silva GGC. A influência dos estilos parentais no desenvolvimento da personalidade: revisão integrativa. Rev Foco. 2025; 10(3):45-60. DOI: https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n4-133

10 Shaffer A, Obradović J. Unique contributions of emotion regulation and executive functions

in predicting the quality of parent-child interaction. J Fam Psychol. 2016; 31(2):150-9. DOI: https://doi.org/10.1037/fam0000269

11 Sanders MR. The Triple P System of Evidence-Based Parenting Support: past, present, and future directions. Clin Child Fam Psychol Rev. 2023; 26(4):880-903. DOI: https://doi.org/10.1007/s10567-023-00441-8

12 Baumrind D. An analysis of some aspects of the "interpersonal system". Psychiatry. 1960;23:395-402. DOI: 10.1080/00332747.1960.11023240

13 Harlow HF. Nature of love. Am Psychologist. 1958; 13(12):673-85. DOI: https://doi.org/10.1037/h0029383

14 Van Rosmalen I, Van der Veer R, Van der Horst FCP. The nature of love: Harlow, Bowlby and Bettelheim on affectionless mothers. Hist Psychiatry. 2020; 31(2):227-31. DOI: https://doi.org/10.1177/0957154x19898997

15 Bronfenbrenner U. The ecology of human development: experiments by nature and design. Cambridge: Harvard University Press; 1996.

16 Lawrenz P, Zeni LC, Arnoud TCJ, Foschiera LN, Habigzang LF. Estilos, práticas ou habilidades parentais: como diferenciá-las? Psicol Rev. 2020; 12(1):12-25. DOI: https://doi.org/10.5935/1808-5687.20200002

17 Baptista MN, Alves GAS, Santos TMM. Suporte familiar, autoeficácia e lócus de controle: evidências de validade entre os construtos. Psicol Cienc Prof. 2008; 28(2):260-71. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-98932008000200004

18 Baumrind D. Current patterns of parental authority. Developmental Psychology. 1971;4(1, Pt.2): 1–103. https://doi.org/10.1037/h0030372

19 Darling N, Steinberg L. Parenting style as context: an integrative model. Psycholog Bulletin. 1993; 113:487-96. DOI: http://dx.doi.org/10.1037/0033-2909.113.3.487

20 Oliveira EA, Marin AH, Pires FB, Frizzo GB, Ravanello T, Rossato C. Estilos parentais autoritário e democrático-recíproco intergeracionais, conflito conjugal e comportamentos de externalização e internalização. Psicol Reflex Crit. 2002; 15(1):1-11. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-79722002000100002

21 Diamond A. Executive functions. Annu Rev Psychol. 2013; 64:135-68. DOI: https://doi.org/10.1146/annurev-psych-113011-143750

22 Diamond A. Why improving and assessing executive functions early in life is critical. In Griffin JA, McCardle P, Freund LS, editors. Executive function in preschool-age children: integrating measurement, neurodevelopment, and translational research. Washington: American Psychological Association; 2016. p. 11-43.

23 Bernier A, Carlson SM, Whipple N. From external regulation to self-regulation: early parenting precursors of young children's executive functioning. Child Dev. 2010; 81(1):326-39. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2009.01397.x

24 Rinhel-Silva CM, Constantino EP, Rondini CA. Família, adolescência e estilos parentais. Estud Psicol. 2012; 29(12):221-30. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-166X2012000200008

25 Piaget J. O juízo moral na criança. São Paulo: Summus; 1994. Obra original publicada em 1932.

26 Borelli JL, Nelson-Coffey SK, Rivas AC, Birken SA, Moss-Racusin C, Moreno MA. Bringing work home: gender and parenting correlates of work-family guilt among parents of toddlers. J Child Fam Stud. 2017; 26(6):1734-45. DOI: https://doi.org/ https://doi.org/10.1007/s10826-017-0693-9

27 Curvello RP. Estratégias de regulação emocional de mães e pais em relação a seus filhos. [Tese]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2021.

28 Pearson E, Rao N. Socialization goals, parenting practices, and peer competence in Chinese and English preschoolers. Early Child Development and Care. 2003; 173(1):131-46. DOI: https://doi.org/10.1080/0300443022000022486

29 Rokeach M. The nature of human values. New York: Free Press; 1973.

30 Paulson SE, Sputa CL. Patterns of parenting during adolescence: perceptions of adolescents and parents. Adolescence. 1996; 31:369-81.

31 Paula JMP. Estilos parentais, inteligência emocional e o *enfant terrible*: relações, implicações e reflexões. Rev Enferm Ref. 2012; 3(8):155-62. DOI: https://doi.org/10.12707/RIII1203

32 Lucena JMF, Viana KMP, Pereira MC. Brincadeira, compreensão de emoções e estilos parentais. In: Brocchi BS, Stobäus LC, editores. Importância da parentalidade para o desenvolvimento infantil. Curitiba: CRV; 2020. p. 85-98.

33 Bolsoni-Silva AT. Práticas parentais educativas na interação social mães-filhos. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva. 2017; 19(4): 25-44.

34 Infopédia. Enfant terrible. In: Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa [Internet]. Porto: Porto Editora; 2026 [citado 2026 mar 28]. Disponível em: https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/enfant%20terrible

35 Bzuneck JA. A motivação do aluno: aspectos introdutórios. In: Boruchovitch E, Bzuneck JA, organizadores. A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea. 4a ed. Petrópolis: Vozes; 2009. p. 9-36.

36 Boruchovitch E, Bzuneck JÁ. Motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea. Petrópolis: Vozes; 2004.

37 Gottman JM, DeClaire J. Inteligência emocional e a arte de educar nossos filhos. Rio de Janeiro: Objetiva; 1997.

38 Gottman JM, Katz LF, Hooven C. Parental meta-emotion philosophy and the emotional life of families: Theoretical models and preliminary data. J Fam Psychol. 1996; 10(3):243-68. DOI: https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0893-3200.10.3.243

39 Katz LF, Hunter EC. Maternal meta-emotion philosophy and adolescent depressive symptomatology. Social Development. 2007;16(2): 343-360. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1467-9507.2007.00388.x

40 Katz LF, Windecker-Nelson B. Domestic violence, emotion coaching, and child adjustment. J Fam Psychol. 2006; 20(1):56-67. DOI: https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0893-3200.20.1.56

41 Shipman KL, Schneider R, Fitzgerald MM, Sims C, Swisher L, Edwards A. Maternal emotion socialization in maltreating and non-maltreating families: implication for children's emotion regulation. Soc Dev. 2007; 16:268-85. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1467-9507.2007.00384.x

42 Stocker CM, Richmond MK, Rhoades GK, Kiang L., M. K.; RHOADES, G. K.; KIANG, L. Family emotional processes and adolescents' adjustment. Soc Dev. 2007; 16:310-25. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1467-9507.2007.00386.x

43 Morris AS, Silk JS, Morris MDS, Steinberg L, Aucoin KJ, Keyes AW. The influence of mother-child emotion regulation strategies on children's expression of anger and sadness. Dev Psychol. 2011; 47(1):213-25. DOI: https://doi.org/10.1037/a0021021

44 Meyer S, Raikes HA, Virmani EA, Waters S, Thompson RA. Parent emotion representations and the socialization of emotion regulation in the family. Int J Behav Dev. 2014; 38(2):164-73. DOI: https://doi.org/10.1177/0165025413519014

45 Kim E, Hong S, Rockett CM. Korean American parent's perceptions of effective parenting strategies in the United States [Internet]. J Cult Divers. 2016 [cited 2025 Nov 10]; 3(1):12-20. Available from: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27188016/

46 Pereira DC. Diagnóstico e ZDP: armadilhas redutoras. Psicol Esc Educ. 2022; 26:e245678. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-35392022245678

47 Gomes LP. Desenvolvimento sócio-emocional na primeira infância: o papel do brincar simbólico. Psicol Teor Pesq. 2023; v. e39403.

48 Aguiar AL. O brincar como zona de desenvolvimento proximal: o avanço da criança por meio da mediação. Rev Cient FESA. 2025; 3(28):209-25. DOI: https://doi.org/10.56069/2676-

0428.2025.658

49 Cheron DM, Ehrenreich JT, Pincus DB. Assessment of parental experiential avoidance in a clinical sample of children with anxiety disorders. Child Psychiatry Hum Dev. 2009; 40(3):383-403. DOI: https://doi.org/10.1007/s10578-009-0135-z

50 Kashdan TB, Rottenberg J. Psychological flexibility as a fundamental aspect of health. Clin Psychol Rev. 2010; 30(7):865-78. DOI: https://doi.org/10.1016/j.cpr.2010.03.001

51 Barros L, Góes AR, Pereira AI. Parental self-regulation, emotional regulation and temperament: Implications for intervention. Estud Psicol. 2015; 32(2):295-306. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000200013

52 Gratz KL, Roemer L. Multidimensional assessment of emotion regulation and dysregulation: development, factor structure, and initial validation of the difficulties in emotion regulation scale. J Psychopathol Behav Assess. 2004; 30(4):41-54. DOI: https://org/doi/10.1023/B:JOBA.0000007455.08539.94

53 Kreppner K. The child and the family: interdependence in developmental pathways. Psicol Teor Pesq. 2000; 16(1):11-22. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-37722000000100003

54 Marin AH, Piccinini CA, Tudge JRH. Práticas educativas maternas e paternas aos 24 e aos 72 meses de vida da criança. Psicol Teor Pesq. 2011; 27(4):419-27. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000400005

55 Weber LND. Eduque com carinho: para pais e filhos. 6. ed. Curitiba: Juruá; 2017.

56 Bolsoni-Silva AT, Del Prette A. Problemas de comportamento: um panorama da área. Rev Bras Ter Comport Cogn. 2003; 5(2):91-103. DOI: https://doi.org/10.31505/rbtcc.v5i2.74

57 Silva AR Treinamento de pais para o manejo de problemas de comportamento infantil: uma revisão sistemática [Internet]. [Dissertação]. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; 2016 [citado 30 mar. 2026]. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/9035.

58 Rocha MM, Brandão MZS. A importância do autoconhecimento dos pais na análise e modificação de suas interações com os filhos. In: Delitti M, organizador. Sobre comportamento e cognição. São Paulo: ARBytes Editora; 1997. p. 137-46.

59 Coelho MV, Murta SG. Treinamento de pais em grupo: um relato de experiência. Estud Psicol. 2007; 24(3):333-41. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-166X2007000300005

60 Oliveira JMD, Alvarenga P. Efeitos de uma intervenção com foco nas práticas de socialização parentais sobre os problemas internalizantes na infância. Rev Bras Ter Comport Cogn. 2015; 17(2):16-32. DOI: https://doi.org/10.31505/rbtcc.v17i2.747

61 Gulliford H, Deans J, Frydenberg E, Liang R. Teaching coping skills in the context of positive parenting within a preschool setting. Aus Psychologist. 2015; 50(3):219-31. DOI: https://doi.org/10.1111/ap.12121

62 Schmidt B, Staudt ACP, Wagner A. Intervenções para promoção de práticas parentais positivas: uma revisão integrativa. Cont Clin. 2016; 9(1):1-18. DOI: https://doi.org/10.4013/ctc.2016.91.01

63 Seabra-Santos MJ, Gaspar MF, Azevedo AF, Homem TC, Guerra J, Martins V, et al. Incredible years parent training: What changes, for whom, how, for how long? J Applied Dev Psychol. 2016; 44:93-104. DOI: https://doi.org/10.1016/j.appdev.2016.04.004.

ABSTRACT

This study aimed to understand the influence of permissive parenting on children's emotional development, a parenting style characterized by high affective responsiveness and low normative demandingness. It sought to investigate its causes, effects, and impacts on children's emotional development. The methodology consisted of a narrative literature review that analyzed scientific publications from nationally and internationally recognized databases, resulting in the selection of a corpus of 28 publications, including articles, books, theses, and dissertations relevant to the research topic, which discuss parenting styles and their implications. The findings indicate that the lack of limits associated with permissive parenting impairs the development of executive functions essential for emotional self-regulation, leading to greater impulsivity, low frustration tolerance, difficulties in the school environment, poor adaptation to social rules, and impairments in the development of emotional autonomy. Research indicates that this parenting style may negatively affect children's ability to cope with limits, resulting in difficulties such as impulsivity and low frustration tolerance. The family is identified as the primary context of socialization, shaping children's emotional and social competencies. In summary, the study emphasizes that true autonomy does not arise from unrestricted freedom, but from the gradual internalization of limits. Therefore, it is essential for parents and caregivers to adopt practices that integrate emotional support with normative guidance and, when necessary, psychological interventions, parental guidance strategies, parent training, and psychoeducational practices that help families build more functional and emotionally balanced relationships.

Keywords: Permissive parenting. Parenting styles. Emotional development. Self-regulation. Childhood.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo comprender la influencia de la educación permisiva en el desarrollo emocional de los niños, un estilo parental cuyas principales características son una elevada capacidad de respuesta afectiva y un bajo nivel de exigencia normativa. Se buscó estudiar sus causas, efectos e impactos en el desarrollo emocional infantil. La metodología adoptada consistió en una revisión narrativa de la literatura que analizó publicaciones científicas en bases de datos de referencia nacional e internacional, lo que dio como resultado la selección de un corpus de 28 publicaciones, entre artículos, libros, tesis y disertaciones pertinentes al objeto de estudio, que abordan los estilos parentales y sus implicaciones. Los hallazgos indican que la ausencia de límites propia del estilo permisivo perjudica el desarrollo de las funciones ejecutivas esenciales para la autorregulación emocional, y se manifiesta en una mayor impulsividad, baja tolerancia a la frustración, dificultades en el entorno escolar, escasa adaptación a las normas sociales y perjuicios en el desarrollo de la autonomía emocional. Las investigaciones señalan que este estilo puede afectar negativamente la capacidad de los niños para afrontar los límites, lo que genera dificultades como la impulsividad y la baja tolerancia a la frustración. La familia se identifica como el principal contexto de socialización, ya que moldea las competencias emocionales y sociales de los niños. En síntesis, el trabajo destacó que la verdadera autonomía no surge de la libertad irrestricta, sino de la internalización gradual de los límites. Por lo tanto, es fundamental que los padres y cuidadores adopten prácticas que integren el apoyo emocional con la educación normativa y, cuando sea necesario, intervenciones psicológicas, estrategias de orientación parental, entrenamiento para padres y prácticas de psicoeducación que ayuden a las familias a construir relaciones más funcionales y emocionalmente equilibradas.

Palabras clave: Ansiedad. Procedimientos quirúrgicos mínimamente invasivos. Factores sociodemográficos.

COMO CITAR

VANCOUVER

Nascimento DC, Melo CS, Souza FP, Jesus VA, Caldas CMP. Educação permissiva na relação parental: implicações para o desenvolvimento emocional de crianças. RICSS - Revista Interdisciplinar em Ciência, Saúde e Sociedade. 2026;1(1):e208. DOI: https://doi.org/10.67683/XXXX-XXXX.2026v1n1.e208.

APA

Nascimento, D. C., Melo, C. S., Souza, F. P., Jesus, V. A., & Caldas, C. M. P. (2026). Educação permissiva na relação parental: implicações para o desenvolvimento emocional de crianças. RICSS – Revista Interdisciplinar em Ciência, Saúde e Sociedade, 1(1), e208. https://doi.org/10.67683/XXXX-XXXX.2026v1n1.e208

ABNT

NASCIMENTO, D. C.; MELO, C. S.; SOUZA, F. P.; JESUS, V. A.; CALDAS, C. M. P. Educação permissiva na relação parental: implicações para o desenvolvimento emocional de crianças. **RICSS – Revista Interdisciplinar em Ciência, Saúde e Sociedade**, Ivatuba, v. 1, n. 1, e208, 2026. DOI: https://doi.org/10.67683/XXXX-XXXX.2026v1n1.e208.